

PROCESSOS FORMATIVOS DE TRABALHADORES(AS) NA AMAZÔNIA: ENTRE RACIONALIDADES E SUBJETIVIDADES¹

João Batista Wanzeler²
Doriedson do Socorro Rodrigues³

Resumo

Discute-se os processos formativos de trabalhadores(as) experienciados no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em territórios da Amazônia paraense. Trata-se de pesquisa que toma como base as singularidades das práticas formativas sobre a atuação do sindicato, orientada no materialismo histórico-dialético. Apresenta-se alguns resultados, apontando os trabalhadores(as) enquanto sujeitos coletivos de lutas e resistências contra-hegemônicas, em contextos sócio-históricos, econômicos-culturais atravessados pelo capital.

Palavras-chave: Trabalho-educação; Autogestão; Formação de Trabalhadores(as); Amazônia.

PROCESOS FORMATIVOS DE TRABAJADORES(AS) EN LA AMAZONÍA: ENTRE RACIONALIDADES Y SUBJETIVIDADES

Resumen

Se discuten los procesos formativos de trabajadores(as) experimentados en el Sindicato de Trabajadores y Trabajadoras Rurales en territorios de la Amazonía paraense. Se trata de una investigación que toma como base las singularidades de las prácticas formativas sobre la actuación del sindicato, orientada en el materialismo histórico-dialéctico. Se presentan algunos resultados, señalando a los trabajadores(as) como sujetos colectivos de luchas y resistencias contrahegemónicas, en contextos sociohistóricos, económico-culturales atravesados por el capital.

Palabras clave: Trabajo-educación; Autogestión; Formación de Trabajadores(as); Amazonía.

FORMATIVE PROCESSES OF WORKERS IN THE AMAZON: BETWEEN RATIONALITIES AND SUBJECTIVITIES

Abstract

The formative processes of workers experienced in the Union of Rural Workers in territories of the Pará Amazon are discussed. This research is based on the singularities of the formative practices regarding the union's activities, guided by historical-dialectical materialism. Some results are presented, pointing to workers as collective subjects of struggles and counter-hegemonic resistances in socio-historical, economic, and cultural contexts traversed by capital.

Keywords: Work-education; Self-management; Worker Training; Amazon.

¹ Artigo recebido em 31/05/2025. Aprovado em 17/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68053>

² Doutorando em Educação na Amazônia, PGEDA/UFGA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPT e Grupo de Estudos Ampliados – MINKA.

E-mail: jbwanzeler@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8794809226953576>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1593-6241>.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará - Brasil. Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: doriedson@ufpa.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127076028303549>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5120-2484>.

Introdução

O presente texto tem como objeto de estudo os processos formativos experienciados no interior do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR⁴ na microrregião do Baixo Tocantins/Pará. Como problemática, indagamos se os mesmos podem ou não se materializar como práticas formativas de tipos humanos voltadas para a construção de projetos societários de consciência e identidade de classe em oposição aos interesses do capital.

Partimos da hipótese de que possam ocorrer práticas formativas na perspectiva da formação humana voltada para a classe trabalhadora como outras racionalidades e produção de subjetividades em oposição à concepção de formação de cunho pragmática (bancária, paternalistas, meritocráticas, estruturalistas e/ou por competências). Entendendo, que o STTR esteja a trabalhar, em termos formativos, com a perspectiva de consciência de classe, sendo atravessados, contudo, pelas mediações do capital.

Apoiamo-nos em uma abordagem qualitativa, apresentando considerações teóricas sobre os principais conceitos que ajudam a embasar a pesquisa como o trabalho na dimensão ontológica e sua contradição em relação ao mundo do trabalho e à concepção hegemônica de educação. Metodologicamente, além da produção do levantamento documental, foram analisadas atas, relatórios, estatuto, anais de congressos, seminários e cartilhas escritas tendo como base as singularidades das atividades de formação (conjunto de documentos produzidos no interior da entidade) sobre atuação e deliberação do sindicato. Entendemos que estes documentos expressam a síntese da concepção do Sindicato sobre sua representação social, e também da sua formação e (re)construção sociopolítica. Contudo, e, de um modo geral, verificamos as possíveis (dis)sintonias entre as práticas de formação e o discurso formal dos documentos.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais possui sede na cidade de Cametá. Conforme sua delimitação territorial, atua em 130 localidades e comunidades nos 10 distritos que compõem o município de Cametá/PA, distribuídos por setores: i) Setor de Cima: distritos de Juaba; ii) Setor Médio: distritos de Cametá;

⁴ Do ponto de vista do espaço de atuação, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais possui sede na cidade de Cametá/Pará, e se faz presente em todas as localidades e comunidades do município, sendo composto por filiados/filiadas, delegados/delegadas sindicais.

iii) Setor de Baixo: distritos de Januá Coeli; iv) Setor Estrada: Torres do Cupijó; e v) Setor Beiradão: Carapajó; Porto Grande; Curuçambaba; Vila do Carmo; Moiraba e Areião.

Para fins da investigação, pontuamos a utilização de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com 10 (dez) sujeitos (entre mulheres e homens pertencentes ao STTR. Destes apenas 05 foram considerados para o presente artigo, sendo o coordenador/presidente; 03 delegados(as) sindicais representantes dos setores (Médio, Cima e Beiradão), por serem membros responsáveis da gestão, conforme estrutura administrativa da entidade; e mais 01 (uma) sindicalizada participante das formações e ações experienciadas no STTR, realizadas entre os anos 1990 a 2025. Nas entrevistas, abordamos o desenvolvimento e a materialidade das práticas formativas enquanto percepção dos sujeitos trabalhadores/as rurais no interior do STTR, que envolve as localidades e comunidades do Município de Cameté/PA. Para tanto, levantamos as seguintes questões:

a) Formação e Materialização: De que tipo de formação estamos tratando? Como elas acontecem, se materializam? Sua base de formação se contrapõe a formação pragmática, baseada nas funcionalidades do mercado? Quando ela ocorre, ou não ocorre? Quando é atrelada ao interesse do capital, e/ou em que se contrapõe a ele? Suas bases epistemológicas formativas (desenvolvidas no interior do STTR), podem sustentar o processo de relação de classe e modo de vida dos sujeitos? Que tipo de seres humanos pretendem construir?

b) Atuação, Gestão/Autogestão: Como se organizam? Suas ações são coletivas? Visam debater e vivenciar problemas comuns na defesa de direitos, mediados por construções emancipatórias? A gestão (coordenadores/dirigentes) está inserida na dimensão de um projeto contra hegemônico na promoção de consciência e identidade de classe? Como as dimensões histórico-ontológicas do trabalho se expressam e se afirmam enquanto organização e convivência de produção da vida humana?

c) Racionalidades e subjetividades: Apresentam resistências, de que forma? Como percebem a manifestação do capital na região? Como são afetados e conduzidos? De que forma as metamorfoses do mundo do trabalho podem interferir e influenciar no seu modo de vida, formação e organização? Quais têm sido as

formas de resistência aos crimes ambientais, e a outros processos de desestruturação da natureza e territórios?

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, situado no território da Amazônia, com suas especificidades, contextualizadas nas práticas culturais, envolvem as seguintes comunidades tradicionais: camponeses, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, atingidos por barragem, e assentados. Partimos da prerrogativa de que os trabalhadores e trabalhadoras possuem potencialidades como sujeitos históricos, inseridos nos processos formativos no STTR, podem (re)construir seu ambiente material em unidade seres humanos e natureza, suas materialidades objetivas e subjetivas às transformações nas reproduções de sua existência com a natureza e os saberes do trabalho que se entrecruzam no processo de formação humana, na perspectiva de luta de classes, na defesa de direitos coletivos.

Enquanto o capital, do ponto de vista universal, atribui ao sujeito as soluções dos seus problemas, concedidos ao empreendedorismo e cooperativismo, em contradição, as contra hegemonias defendem a produção coletiva por meio do trabalho associado em que os trabalhadores(as) sejam donos dos meios, dos instrumentos e dos resultados da produção, experienciado nas práticas da autogestão.

Em termos históricos cartográficos, o Município de Cametá, situado no nordeste paraense, pertencente à mesorregião do Baixo Tocantins, na Microrregião de Cametá, apresenta-se como um espaço heterogêneo sociocultural urbano e rural, conhecido na região como (terra firme e ribeirinha), permeado por produções humanas, composto por povos e comunidades tradicionais. São denominados pequenos agricultores e agricultoras rurais que desenvolvem a agricultura familiar e preservam conjunto de saberes e valores, sócio-culturais, políticos, econômicos, frutos da relação do trabalho, entre seres humanos e natureza.

Além da Introdução e Considerações Finais, o texto encontra-se estruturado em duas partes: na primeira, nos dispusemos a buscar através de referência teórico–metodológica, caracterizar o contexto de formação e atuação do STTR em territórios da/na Amazônia. Na segunda, destacamos as práticas educativas-formativas de trabalhadores/as entre outras racionalidades, como possibilidades e alternativas que tendem driblar as investidas do capitalismo monopolista, como caminho de

apropriação coletiva e democrática.

Em linhas gerais, discutimos a relação entre trabalho-educação e território na formação dos trabalhadores/as rurais na Amazônia paraense, que se apresenta como ponto central de disputa no contexto dos territórios que tende a reproduzir perspectivas de autogestão na construção de projetos de formação humana experienciados no interior do sindicato como práticas político-educativas.

O STTR entre formação e atuação em território na/da Amazônia

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, segundo dados de 2025⁵, conta com um total de 13.569 pessoas filiadas. Destes, 9.498 (70% são mulheres) e 4.071 (30% homens), sem dados a outros gêneros. É composto por uma Diretoria Executiva de 08 (oito) pessoas com paridade, 4 mulheres e 4 homens, distribuída entre presidência, vice-presidência, sete secretarias e pelo Conselho Fiscal de (quatro membros efetivos e quatro suplentes). No geral, a instituição possui uma comissão executiva de 22 pessoas entre titulares e suplentes.

Figura 01 - Fachada do Prédio-Sede do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Cametá/PA



Fonte: foto registrada pelo autor do texto

O STTR, em meio às contradições que permeiam o sindicalismo rural e as transformações do mundo do trabalho que atingem e influenciam em seu processo

⁵ Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Cametá – STR, em vigor a partir de 01/03/2023.

estrutural como movimento coletivo, tende a forjar-se como um espaço de formação e resistência de participantes de grupos coletivos organizados.

Entendemos que o STTR embora imerso na universalidade, apresenta suas singularidades, em modos específicos de se formar, realizar, movimentar, no fazer existir em seus territórios como movimento organizado em defesa da (re)produção de uma sociedade sem classe. Que em contradição, no interior das relações contra hegemônicas, em uma prática política-educativa de formação humana, podem materializar-se em experiências de produção coletiva como o trabalho associado - que consiste na autogestão dos trabalhadores/as como protagonistas dos meios, instrumentos e resultados da produção.

Dialeticamente se encontram atravessados pelo metabolismo do capital que atribuem aos sujeitos os princípios pragmáticos utilitarista, consumista, explorador como soluções, implantando mentalidades outras, compensatórias de desenvolvimento individual, no empreendedorismo, cooperativismo e economia do lucro. Definindo assim, mecanismos de instrução daquilo que serve a lógica mercadológica.

Tendo em vista que toda formação, forma uma consciência de classe, uma subjetividade, um tipo humano. E entendendo a subjetividade como um desse tipo, destacamos a formação como estratégia central do movimento sindical rural, como forma de organização social de práticas formativas que desenvolve os interesses da classe trabalhadora em suas relações sociais. Dentro da perspectiva que requer a formação humana dos sujeitos conforme aos tipos humanos que se deseja formar e ao tipo de sociedade a que se aspira (Libâneo, 1994; Gramsci, 1991). Garantindo assim, os saberes e conhecimentos enquanto sujeitos sociais, numa relação de disputa de hegemonia político-ideológica.

Destacamos a categoria território no contexto do Baixo Tocantins-Pará, em constituição da subjetividade humana, constituído de rios, igarapés, ilhas, terras, estradas, pequenas e médias cidades, vilas e comunidades, onde se materializa a experiência de trabalhadores/as, em um processo de socialização de conhecimentos e saberes. Pontuando o sentido de território que não significa somente espaço, nem só lugar, mas, que, envolve sentimentos, resistência, identidade como produção de sociabilidades da práxis humana em unidade entre seres humanos e outros elementos da natureza.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as

paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem [e da mulher] plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 2006, p.13).

As práticas formativas, conectadas aos fatores econômicos, socioculturais e políticos entrelaçam dialeticamente seus modos de vida e territórios em contradições entre capital e trabalho. O enfrentamento da cultura de outros modos de trabalho, que se opõe ao trabalho individualizado e empreendedor, pode ser pensado como elemento de (re)construção de luta por valores como nos indica Thompson (1987). Também nos remete a pensar a consciência de classe como questão identitária frente às demandas cotidianas sociais de desigualdades, impactos sociais e ambientais que afeta sua condição de existência.

Em uma estrutura de sentimentos e valores, como nos indica (Williams, 1979) os trabalhadores(as) rurais constroem suas experiências vividas, momentos históricos que vão de encontro as narrativas dos modos de produção do capital, resistem a implantação dos grandes projetos na região - que visam a produção de riquezas privadas, promovem o apagamento dos territórios, silenciam e desapropriam seus modos de produzir a vida. Mas, permanecem firmes na resistência enquanto grupo coletivo no companheirismo em defesa da reprodução da vida, ainda que de forma subordinada ao capitalismo (Tiriba; Fischer, 2013).

De uma forma limitada, tem se observado no território do Baixo Tocantins-Pará, a presença do capital apenas nos grandes projetos, na construção de hidrovias e hidrelétricas. Por outro lado, avançamos nossa investigação, evidenciando que também se encontra na construção das subjetividades dos sujeitos. Todavia, não somente pelos grandes projetos, o modo de produção capitalista vem adentrando na vida das pessoas, mas, também pela sua subjetividade pautada na racionalidade individualista. Neste sentido, entendemos que capital e trabalho disputam racionalidade e modos de organizar a vida.

O modo de produção do capital visa implementar a formação do trabalhador para um mercado que aprofunda a dualidade de modelo que precariza a força de trabalho e desinforma a classe trabalhadora, na ideologia da implantação do empreendedorismo, de políticas que buscam convencer os trabalhadores para abrir seus próprios negócios, impregnada nas práticas individuais pautadas nas competências e meritocracias.

Evidentemente os trabalhadores/as enquanto coletivos vem percebendo que

do ponto de vista do capital está havendo uma metamorfose no mundo do trabalho, em uma nova reconfiguração. Estes, enquanto sujeitos, a partir de suas lutas e resistências, se posicionam frente às desigualdades e suas relações de produção, no sentido já apontado por Marx & Engels: “[...] não só contra as condições particulares da sociedade atual, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente, contra a ‘atividade total’ sobre a qual se fundamenta” (Marx & Engels, 2007, p. 66).

Após o levantamento dos problemas, debatem e se posicionam acionando instituições parceiras (universidades, SEBRAE, FETAGRI⁶, APAAC⁷, sindicatos, colônias, movimentos sociais) para assessorar e ajudar na luta em defesa de suas causas. Como se observa no recorte da entrevista⁸, com o Sr. Marinaldo Teles, que relata sobre a formação que recebem no STTR, funciona como uma forma de instrução que os ajuda a “enxergar” seus direitos e melhor se organizar:

Dentro do movimento sindical, também a gente aprende a reivindicar nossos direitos e vamos atrás de melhorias para nossas famílias. Por exemplo, conseguimos formar as associações das ilhas, com um total de 36 unidades de assentamentos, com mais de 10 mil famílias envolvidas. Desde de 2006, a partir do governo federal, o STTR em parceria com o INCRA, tem recebido vários benefícios sociais, entre eles crédito de apoio a agricultores/as ribeirinhos/as, construção de casas próprias, e legalização fundiária para o uso de áreas ribeirinhas (Entrevista em 15/04/2025, com o Sr. Marinaldo Teles).

Observa-se que o STTR tem se relacionado ultimamente com projetos do governo federal, que em parte são também projetos voltados para lógica do mercado, mas, este não se deixam atrelar somente no sentido mercadológico. Nos permitindo observar a realidade a partir do Materialismo Histórico, abstraindo elementos para entender as contradições e movimentos que são construídos no contexto historicizado das relações sociais como produto, ou seja, as reflexões ajudam a perceber que a realidade, não é somente boa e não somente má, mas uma unidade de contrário. Necessário entender as contradições, que as materialidades históricas podem nos indicar, ser coisas boas e/ou coisas más.

Historicamente são apontadas demandas significativas de lutas e resistências do STTR e demais movimentos sociais, como manifestações contra-hegemônica.

⁶ FETACRI: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará.

⁷ APACC: Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes.

⁸ Entrevista em 15/04/2025, com o Sr. Marinaldo Teles, 52 anos, delegado sindical, da localidade de Juba – Setor de Cima, Cametá/PA, também atua na sede do STTR na área de protocolo de benefícios.

Todavia, foram iniciativas de políticas históricas que mobilizaram não somente os trabalhadores(as) rurais, mas todos os demais movimentos sociais envolvidos enquanto coletivos que fizeram-se representar como entidade de classe na luta por direitos no território do Baixo Tocantins.

Segundo Thompson (1998), o processo de luta de classes acontece nas experiências dos trabalhadores/as como uma “sintomática dissociação entre culturas [dos trabalhadores/as] e a cultura do capital” (Thompson, 1998, p. 16). O embate das lutas contra a cultura individualista da ideologia neoliberal é a mola propulsora onde se expressam toda resistência da classe trabalhadora. Nessa dicotomia os trabalhadores/as rurais são ameaçados de forma constante em seus territórios na Amazônia, como se evidencia nas falas dos sujeitos sobre suas motivações de luta como coletivos organizados.

A luta começa em busca de direitos (a moradia, a energia, aos programas sociais, a liberdade) aprendi com meus pais, eles já faziam esse trabalho de luta (que na época deles era mais difícil), existia muita dificuldade, passavam muitas necessidades. Eles não tiveram esses direitos garantidos. Mas depois, graças à ajuda e ao grande trabalho de muitas pessoas no começo, a luta teve êxito. Mas, sabe, tudo isso serviu, para hoje nós ter conquistado todas essas demandas desses programas sociais, porque eles nasceram dessa luta do sindicato rural (Entrevista, Maria Terezinha Moraes, em: 06/03/2026)⁹.

A participante da pesquisa revela que a motivação de luta adquirida nos movimentos coletivos organizados em sua particularidade no movimento sindical, passam de pais para filhos(as), que suas necessidades e sofrimentos são incentivos de resistência. Funcionam como elementos motivadores em ações conflitantes percebidas na sensibilidade das relações sociais, políticas, econômicas-culturais vivenciadas por trabalhadores/as que lutam por direitos em processo de formação que se diferencia na forma de vida imposta pelo capitalismo.

Segundo Thomaz Júnior (2021, p. 578) “A dimensão coletiva e de classe se perde nas disputas restritas ao regramento do trabalho estranhado, aprisionado ao circuito da valorização/acumulação do capital [...]”. Ou seja, o trabalhador é capturado pelo mercado em sua subjetividade. O autor, nos remete a pensar que a produção do capital se organiza em uma pluralidade de situações para a destruição dos coletivos

⁹ Entrevista em: 06/03/2026, com Maria Terezinha da Silva Moraes, (60 anos), delegada sindical-STTR/Cametá, setor Médio, reside na localidade de Manoel Raimundo, comunidade rural, Cametá/PA.

do trabalho desestabilizando e negando todo e qualquer tipo de organização coletiva em disputa que esteja a favor da classe trabalhadora. Que o importante é perceber como os trabalhadores(as) estão se propondo a encarar os enfrentamentos que possa favorecer a reprodução ampliada da vida em busca de conceitos que levem à emancipação como identidade de classe.

É possível pensar uma educação que contemple a formação para o trabalho educativo de interesse da classe trabalhadora que apresenta como ponto central a valorização do sujeito como construtor de conhecimentos e saberes mediados por seus contextos singulares históricos sociais em formas plurais de produzir suas existências. Nessa perspectiva, deve ser tratado o trabalho, como nos referencia o velho Marx (2008), como categoria fundante em sua historicidade, entre seres humanos e natureza, que deve incluir como ponto central as relações sociais produtivas, econômicas-culturais, que podem estar presentes em lugares diversos (na escola, nos sindicatos, na fábrica), e devem interessar a classe trabalhadora.

A perspectiva do trabalho deve ser entendida a partir das lutas sociais que se fortalecem em unidade entre escola e vida, na valorização do saber integralizado entre seres humanos e natureza, trabalhadores/as históricos-sociais em unidade do diverso. No processo de integração de saberes o ser coletivo social vai sendo formado e experienciado na construção histórico-cultural como identidade de classe.

No acontecer do processo de formação os trabalhadores/as vivenciam outros princípios coletivos que correspondem a valorização, preservação e cuidados com a natureza, na defesa e manutenção do meio ambiente e da vida em seus territórios. Compartilham, estratégias de trabalho e resistência de utilização da terra sem devastar. Posicionam-se contra outros modos que tendem a destruição da vida.

O STTR está ligado às lutas ambientais da região e tem avançado nessas pautas tentando trabalhar e orientar sobre a consciência ambiental nas formações sindicais voltadas para seus filiados(as). O agricultor da agricultura familiar é quem ainda faz a preservação ambiental, porque na área de seu roçado ele planta a mangueira, o açai, o coco, o cupuaçú, ele planta várias culturas lá dentro, quando retira uma espécie, fica as outras. Você não vê área de igarapé de agricultor desmatado, sem preservação. (Entrevista com o Sr. Francisco Farias, delegado sindical, em: 02/10/2025)¹⁰.

Abstraímos nas palavras do entrevistado que as características vivenciadas pelos trabalhadores/as no movimento sindical, evidenciam indício da formação em

¹⁰ Entrevista com o Sr. Francisco Farias, delegado sindical, Setor Beiradão, Cametá/PA.

tempo e espaços outros, voltada para lutas de classes que envolve o campo econômico-cultural e entrelaçam o sentido do trabalho em interação com a natureza, sobre as investidas da produção capitalista.

Práticas educativas-formativas de trabalhadores/as entre outras racionalidades

Thompson diz que a cultura pode ser entendida como “sistema de atitudes, valores, significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados” (Thompson, 1998, p. 17), de onde pode abstrair-se as contradições do modo de produção capitalista.

Com esse autor aprendemos o conceito de cultura em outros contornos, que precisa ser entendida no seu local material onde se corresponde e manifesta o modo de vida. Onde a cultura, não é um campo de consenso, mas sim, um campo de conflito que incorpora as contradições. Como o território tem seus conflitos, a cultura também apresenta suas disputas, que se configura nas interrelações com a experiência humana de sujeitos individuais e coletivos.

Pensar a cultura a luz do Materialismo histórico dialético, é tencioná-la como um processo de descolonização. Ao abordar a cultura a partir do contexto econômico-cultural da Amazônia, faz-se necessário considerar as contradições existentes nos territórios onde vivem os sujeitos de povos e comunidades tradicionais, na condição de ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco de babaçu, seringueiros, entre outros. Tendo em conta a centralidade do trabalho e das relações trabalho-educação na construção da identidade, é preciso o alargamento da classe para melhor vê-la por dentro, como menciona da Silva Serrão(2025).

Tiriba e Rodrigues (2024) em seus estudos sobre a Amazônia, especificamente, na região do Baixo Tocantins/Pará, analisam que o capital cria subjetividades e que estas, trabalham com as desigualdades sociais para que possam ser assimiladas pela população. Portanto, o modo de produção capitalista para fazer valer seus interesses, cria subjetividade, conjunto de valores e atitudes na classe trabalhadora, apropria-se das desigualdades sociais que a população enfrenta como alto Índice de Desenvolvimento Humano, com o argumento que toda a desigualdade da região ela se resolve se aderir a uma perspectiva de “desenvolvimento”.

A narrativa do discurso desenvolvimentista, evolucionista, que elege o

“progresso” como o único caminho de transformação social, utiliza o patrimônio natural da Amazônia para o benefício do capital. A região possui imensas desigualdades sociais¹¹ e o capital precisa delas para se desenvolver. Então cria as subjetividades com o pretexto de que, para melhorar a qualidade de vida da população, os sujeitos precisam autorizar a destruição de seus modos de produzir e organizar a vida, tentando fazer acreditar que a melhoria da qualidade de vida vai futuramente acontecer.

Todavia, os financiamentos (*commodities*), ou o discurso de ações de políticas pública para a população, vem da seguinte maneira: ‘eu autorizo o capital colocar uma hidrelétrica na região e vocês vão ter um dinheiro para que possam construir o que desjam’. São discursos que servem como atrativos para exploração das terras e recursos naturais da região como minérios, ervas, madeiras, água, entre outras, por grupos que alimentam a “narrativa de uma floresta vazia e de um povo incapaz de transformar em riqueza o patrimônio natural que possui [*revelando*] a brutal intensidade do racismo institucionalizado contido no discurso do desenvolvimento” (Cardoso; Pereira, 2025, p. 1).

Os autores acima chamam a atenção para as contradições da expansão do sistema capitalista em implantar os instrumentos da apropriação de destruição do território. Então fazem uso das racionalidades para descredibilizar os recursos naturais da região, “gerando a falsa sensação de que tudo ainda está por fazer ou completar, quando, na realidade, o que já estava consolidado vem sendo sistematicamente desmantelado por ações orientadas por lógicas exógenas e alheias à própria região” (Cardoso; Pereira, 2025, p. 2).

O Estado personificado nos governos federais, estaduais e municipais assumem o gerenciamento dessas subjetividades criadas como pretextos de valores instituídos para a região na lógica da perspectiva desenvolvimentista. Usam de suas influências políticas para autorizar, com a promessa de ter estradas, escolas, ruas asfaltadas; favorecendo ao capital avançar suas ações, como é o caso atualmente da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins que está entrando na região para poder escoar a produção de (soja, milho, minérios, entre outras) de interesse do

¹¹ Segundo registros do IBGE - 2021, apontam que os municípios que compõem a região do Baixo Tocantins/Pará, apresentam quase 60% de pessoas que sobrevivem com uma renda per capita de menos de meio salário-mínimo.

agronegócio, que se estende no Rio Tocantins¹², entre os municípios de (Marabá a Barcarena/PA), mesmo já havendo outra rota de escoamento¹³.

As consequências decorrentes da implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, seus efeitos sociais, econômicos-culturais e ambientais vão impactar os modos de vida e subsistência de milhares de seres humanos em comunidades e povos tradicionais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, extrativistas e demais populações dos campos e das cidades como também do meio não humano que sobrevivem historicamente às margens do rio Tocantins, na Amazônia paraense.

As ações dessas políticas que proliferam na região, como a exemplo da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí/PA, na década de 1980, desestruturam os modos de organizar a vida de sujeitos pertencentes aos territórios. Para além dos conflitos socioambientais do atravessamento do capital, produzido pelas grandes empresas, há também a compra das terras dos pequenos produtores pelos empresários, como se evidenciam nas falas dos sujeitos:

Está havendo uma invasão dos territórios, os grandes empresários estão comprando nossas terras com preços muito baratos. A pouco tempo atrás, um desses empresários da cidade comprou as terras de meus avós (vendidos pelos meus tios). Aprendi com meu avô a amar a floresta, ele sabia cada pé de árvore que existia em suas terras. Mas, a pessoa que comprou, dentro de meses ele derrubou tudo, tinha muitos pés de uxi, acapu, angelim e muitas outras madeiras. Era uma mata cheia de plantações, hoje já não tem mais nada, só existe os grandes buracos, e me dói muito ver isso. Não podemos deixar derrubar, precisamos preservar e para isso é necessário ficar aqui vigiando e resistir (Entrevista, Waldirene Gonzaga, em 09/10/2025)¹⁴.

Na expressão da entrevistada, em memórias de sentimentos em relação a um passado recente, percebe-se o projeto do agronegócio e demais empreendimentos de mineração que vem avançando na região com resultados catastróficos, entre eles, desmatamentos, degradação de rios e solos, na exploração do ecossistema. São

¹²O projeto prevê três intervenções no rio Tocantins que objetivam a viabilização para a navegabilidade: “a derrocagem do pedral do Lourenço (35 km, entre Terezinha do Tauri e ilha Bogéa) e a dragagem de dois trechos, um a montante (52 km entre Marabá e Itupiranga) e outro a jusante do rio a 125 km entre os municípios de Tucuruí e Baião” (Pereira, et al, 2023, p. 180). Sendo que este último trecho corresponde ao campo de pesquisa.

¹³O escoamento de grão e minérios por hidrovias a título de valores ficam mais baratos quando comparado à estrada e à ferrovia. Além disso, é um tipo de transporte que permite um grande volume de carga. Segundo pesquisa apresentada pelo Estudo de Pesquisa Aplicada (IPEA), 2014, in: <https://mab.org.br/tag/amazônia,direitos-humanos,hidrovia,pará> (acesso em 20/11/2025).

¹⁴ Maria Waldirene Gonzaga, 55 anos de idade, é filiada ao STTR-Cametá desde 1995, pertence a Comunidade Quilombola de Nova Esperança, Setor estrada, BR-422, KM-15, Localidade de Livramento-Cametá/PA.

condições que se sobrepõem aos territórios e que ignoram as especificidades da região, onde sobrevivem as comunidades tradicionais protagonistas dos saberes e das atividades do trabalho.

Os povos e comunidades tradicionais, entre eles os trabalhadores e trabalhadores rurais, tem muito a nos dizer no interior da Amazônia. São grupos que mantêm o papel central na preservação ambiental, no respeito pelos rios e florestas, na produção de alimentos. Ocupam povoados, vilas e pequenas cidades em suas comunidades diversas. São presenças humanas que vivem em integração entre seres humanos e natureza, e não podem ser invisibilizados, nem tratados como meros trabalhadores, pobres e excluídos.

São sujeitos sociais de resistência que demonstram que é possível refletir sobre a materialidade de vida em tempos/espços diferenciados. Adquirem consciência formativa e vão buscar outras técnicas e cuidados que não agridam e alterem o meio ambiente. Expressam resistência na defesa da autogestão como artífices organizadores do processo de produção. Suas atitudes e ações, demonstram o desenvolvimento de práticas associativas e educativas de organização do processo de trabalho para promoção dos meios de vida, no interior de suas comunidades de produção em relação com a natureza. Neste contexto, os trabalhadores(as) no STTR, conseguem perceber que suas vidas são atravessadas pelas transformações do mundo do trabalho em uma nova reconfiguração de atuação do capital, mas, resistem e se constituem como sujeitos-trabalhadores/as individuais e coletivos enquanto classe social, a partir de estratégias associativas de práticas econômico-culturais de trabalho que se manifestam no confronto ao processo da metamorfose do trabalho.

Novaes (2020), a partir de seus estudos sobre as experiências das fábricas recuperadas, nos indica caminhos de uso da autogestão como processos outros, como meios de vida a ser praticado as decisões democráticas por trabalhadores que colabore nas suas formas de produzir, organizar e compartilhar o processo do trabalho com objetivos comuns na construção de uma sociedade humanizada. Neste sentido, a experiência da produção associada, por meio de produtores livres e associados podem se tornar semente de luta e resistência pelo Comum, de trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres que partem em defesa de seus territórios em seu modo de produzir a vida entre povos e comunidades tradicionais que historicamente se encontram excluídos da produção de riquezas expropriada pelo capital.

Dentro do processo de autogestão, os movimentos sociais organizados, entre eles os sindicatos rurais, tem papel central na resistência e transformação, como movimento de unificação de luta geral dos trabalhadores. Através de sua vivência histórica, político e econômica-cultural, podem possibilitar avançar nas experiências de autogestão entre outros programas solidários como indícios de projetos democráticos, tendo em vista a modificação da sociedade para além da alienação do capital, onde os trabalhadores sejam tratados como sujeitos do processo de trabalho.

No STTR, em suas singularidades e particularidades, os trabalhadores/as vão entrelaçando seus modos de vida com outros modos de trabalhar a terra, de se formar, de se movimentar, em suas relações sociais, mesmo sobre o atravessamento do capital em seus territórios. Neste sentido, indicamos que a relação de seu modo de produzir a vida apontam caminhos para discutirmos a autogestão enquanto alternativa democrática de organização no processo de trabalho associado no interior das relações de produção e formação enquanto classe trabalhadora.

Considerações finais

Para além do olhar de uma perspectiva romântica, podemos inferir que ao lado da hegemonia capitalista, existe outras hegemonias. Que os modos de organizar a vida de comunidades tradicionais entre eles os trabalhadores(as) rurais, vem protagonizando na Amazônia outras possibilidades de produção da existência mediados pelo trabalho, no sentido colaborativo, na perspectiva de um sentimento de pertencimento, onde as pessoas vivem em comunidades e lutam pelo território, por entender que este espaço é um lugar de relações de sentimentos, de estrutura de sentimentos que as subjetividades políticas-ideológicas tendem a destruir.

As evidências apontam que os processos formativos vivenciados no interior do STTR, embora sob as influências da lógica do mercado, apresenta uma perspectiva formativa humana diferenciada que tende a promover subjetividades que se opõe a essas racionalidades, e que podem levar os sujeitos a vivenciar valores emancipados coletivos. Uma vez que a formação dos trabalhadores(as) no STTR passou acontecer para além das reuniões, das assembleias e plenárias, mas, também por meio das instituições parceiras, como universidades, de projetos captados com o Governo Federal, ONGs entre outras, nos leva a concluir que os trabalhadores(as) mesmo recebendo recursos financeiros através de projetos externos, ultrapassam a lógica da

meritocracia, apesar de precisar construir individualmente seus tanques de criação de peixes, o manejo do açazal e suas próprias plantações.

Todavia, frente ao processo de produção, os trabalhadores(as) associados ao STTR, como pequenos agricultores(as), passam a organizar e administrar de sua forma os recursos recebidos e suas ações na valorização da concepção do trabalho coletivo e familiar, que contrapõe a perspectiva gerencialista do capital que impõe em suas relações de produção para que o trabalho seja cada vez mais fragmentado.

Em suma, a pesquisa aponta para a possibilidade que os trabalhadores e trabalhadoras rurais se tornarem sujeitos que constroem sua história sócio-econômica-cultural, em um processo emancipatório, compreendendo como sujeitos em formação e qualificação como potenciais de consciência e identidade de classe.

Referências

CARDOSO, A. C. D; PEREIRA, J. C. M. A Amazônia brasileira e suas amazonicidades. **Le Monde Diplomatique** - Brasil, edição 219, out/2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-amazonia-brasileira-e-suas-amazonicidades>. Acesso em 20 de dezembro de 2025, p. 1-7.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ. **Estatuto Social**, em vigor desde 01/03/2023.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MARX, K. **O Capital**, I, Seção I, Capítulo I Mercadoria. 2008. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

MARX, K, ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIRANDA, E. R. da S. Processos de formação do ser social quilombola: experiências da classe trabalhadora alargada na Amazônia. **Revista Trabalho Necessário**, v. 23, nº 50, p.1-27, (jan/abr) de 2025.

NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia** – a experiência das fábricas recuperadas. 3ª. Ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PEREIRA, E. A. D.; [et, al]. A Amazônia na rota da colonialidade global: A Hidrovia Araguaia-Tocantins, conflitos de projetos, pluralidade de vozes/narrativas e

perspectivas educativas. **Revista Española de Educación Comparada**, nº. 43 (julio-diciembre, 2023), pp. 174-194.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2006.

TIRIBA, L; FICHER, M. C. B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31 n. 2, 527-551, maio/ago. 2013.

TIRIBA, L; RODRIGUES, D. do S. Povos e comunidades tradicionais e práticas educativo formativas de integração de saberes na Amazônia frente à ruptura do sociometabolismo seres humanos-natureza. **Revista Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, v. 32, n. 125, out. 2024.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (v. I). Tradução Denise Bottmann; RJ: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho. In: Alexandre Pessoa Dias, et. al.(org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.